

Lição 33: Mostra-se “logicamente” que não se procede ao infinito nos predicados essenciais

“ b34. Que de fato o regresso — a1. Mas quanto aos predicados — a21. Disto se segue — a24. Predicados que significam — a27. O branco é um acidente — a33. Podemos dispensar as Formas

Após mostrar que, se há parada nos extremos, deve haver parada nos médios, e se há parada nas afirmações, deve haver parada nas negações, o Filósofo mostra agora que há parada nas afirmações tanto para cima quanto para baixo. E seu tratamento divide-se em duas partes. Na primeira parte, mostra sua tese “logicamente”, i.e., através de características comuns a todo silogismo, baseadas nos predicados considerados em geral. Na segunda, mostra a mesma coisa analiticamente, i.e., através de características próprias da demonstração, que se baseiam em predicados *per se*, que são próprios da demonstração (84a8) [L. 35]. A primeira divide-se em duas partes. Na primeira, mostra que não se procede ao infinito nos predicados que são predicados *in eo quod quid* (i.e., pertencentes à essência do sujeito). Na segunda, mostra universalmente que não se procede ao infinito nos predicados afirmativos (83a1).

Diz, portanto, primeiramente (82b34) que, uma vez que estabelecemos que não ocorre um processo infinito nas negações se há parada nas afirmações, nossa tarefa presente será mostrar como se especula através de razões lógicas que há parada “naquelas”, i.e., nas afirmações. (Essas razões são chamadas “lógicas” porque procedem de certas noções comuns que pertencem às considerações da lógica).

Ora, esta verdade é clara quanto às coisas predicadas como constituindo a essência de uma coisa, a saber, os predicados a partir dos quais se forma o *quod quid est*, i.e., a definição. Pois, se tais predicados fossem admitidos como infinitos, resultaria que nada pode ser definido, e que, se algo é definido, sua definição não pode ser conhecida: tudo porque o infinito não pode ser percorrido. Pois uma coisa não pode ser definida, ou sua definição conhecida, exceto alcançando o último através da descida e o primeiro através da subida. Portanto, se algo pode ser definido, ou se a definição de uma coisa pode ser conhecida, então em ambos os casos seguir-se-á esta consequência, a saber,

que não há processo infinito nos predicados mencionados, mas há parada neles.

Em seguida (83a1), mostra universalmente que não há processo ao infinito nos predicados afirmativos. Quanto a isso, faz duas coisas. Primeiro, prefacia certas coisas necessárias para estabelecer a tese. Segundo, estabelece-a (83a36) [L. 34]. Quanto ao primeiro, faz duas coisas. Primeiro, distingue os predicados *per accidens* dos predicados *per se*. Segundo, distingue entre os predicados *per se* (83a21).

Diz, portanto, primeiramente (83a1) que, uma vez que foi estabelecido quanto a certos predicados que não há processo infinito neles, a saber, naqueles que são predicados como pertencentes à essência, nossa tarefa é mostrar que isto é universalmente assim em todos os predicados afirmativos. E ele inicia sua consideração com predicados *per accidens*, nos quais há três modos de predicação verdadeira. Um modo é quando um acidente é predicado de um acidente, como quando dizemos: “Algo branco está andando”. O segundo modo é quando o sujeito é predicado de um acidente, como quando dizemos: “Algo branco é madeira”. O terceiro modo é quando um acidente é predicado de um sujeito, como quando dizemos: “Madeira é branca” ou “O homem anda”.

Ora, esses modos de predicar são mutuamente outros e diversos, porque quando seu sujeito é predicado de um acidente, digamos “Algo branco é madeira”, o que é significado é que o predicado universal, “madeira”, está sendo predicado de um sujeito que, por acidente, é madeira, i.e., esta madeira particular na qual há brancura. Pois quando digo “Algo branco é madeira”, o significado é o mesmo que “Esta madeira, que por acidente é branca, é madeira”; em outras palavras, o sentido não é que “branco” é o sujeito da madeira.

E ele prova isto com base no fato de que é ou segundo sua totalidade ou segundo uma parte que um sujeito vem a ser aquilo que é predicado dele como de um sujeito, assim como um homem vem a ser branco. Mas nem o branco nem sua parte branca, que é realmente branca, i.e., que pertence à própria essência da brancura, tornam-se madeira: pois um acidente não é o sujeito da mudança pela qual a madeira vem a ser a partir do não-madeira. Mas tudo o que começa a ser tal e tal vem a sê-lo; portanto, se não vem a ser isto, não é isto — a menos que se conceda que sempre foi isto. Mas não era sempre verdadeiro dizer que o [objeto] branco é madeira, porque em algum momento a brancura e a madeira não estavam juntas. Portanto, uma vez que não é verdadeiro dizer que o branco [objeto] torna-se madeira, é óbvio que o branco [objeto], própria e *per se* falando, não é madeira. Contudo, se for concedido que algo branco é madeira, entende-se *per accidens*, a saber, porque aquele sujeito particular, que por acidente é branco, é madeira. Este, portanto, é o sentido de qualquer predicação na qual um sujeito é predicado de um acidente.

Mas quando digo: “A madeira é branca”, predicando um acidente do sujeito, não significo, como fiz no modo anterior de predicação, que há algo mais substancialmente branco, ao qual ser madeira acontece: o que, é claro, é significado tanto no modo anterior, onde um sujeito é predicado de um acidente, quanto no outro modo, onde um acidente é predicado de um acidente, como quando digo: “O músico é branco”: pois isso não significa nada além do fato de que este homem particular, digamos Sócrates, que por acaso é músico, é branco. Mas quando digo: “A madeira é branca”, significo que a própria madeira se tornou o sujeito do branco, e não que algo outro que a madeira ou algo outro que uma parte da madeira se tornou branco.

Portanto, há uma diferença entre esses três modos de predicar, porque quando um acidente é predicado de um sujeito, não é predicado em virtude de algum outro sujeito; mas quando o sujeito é predicado de um acidente ou um acidente de um acidente, a predicação é feita em virtude daquilo que é subjacente aos termos atuando como sujeito, do qual outro acidente é predicado acidentalmente no segundo caso, e a espécie do sujeito é predicada essencialmente no primeiro caso.

Ora, uma vez que em cada um dos modos acima usamos o nome “predicação”, e já que está em nosso poder empregar nomes bem como restringi-los, concordemos em usar nossos nomes na prova seguinte de modo que apenas aquelas coisas sejam ditas predicadas que são ditas desta maneira, ou seja, não em virtude de algum outro sujeito. Consequentemente, tudo o que é dito de outra maneira, isto é, por razão de outro sujeito, como quando um sujeito é predicado de um acidente ou um acidente de um acidente, não será dito ser predicado — ou, se for dito ser predicado, será dito ser predicado não absolutamente, mas *per accidens*. Além disso, aquilo que é à maneira de “branco”, tomemos sempre como parte do predicado, e aquilo que é à maneira de “madeira”, tomemos como parte do sujeito. Portanto, na prova seguinte, suponhamos que isto é predicado que é predicado não *per accidens*, mas absolutamente, daquilo de que é predicado. E a razão pela qual devemos usar a palavra “predicação” dessa maneira é que estamos falando de assuntos demonstrativos, e as demonstrações usam apenas tais predicações.

Então (83a21) ele mostra as diferenças entre os predicados *per se*. A respeito disso, ele faz duas coisas. Primeiro, distingue esses predicados em gêneros diversos. Segundo, mostra as diferenças entre eles (83a24).

Ele diz, portanto, primeiro (83a21) que, porque estamos dizendo que apenas aquelas coisas estão sendo predicadas que são predicadas não em virtude de algum outro sujeito, e isso é diversificado segundo os dez predicamentos, segue-se que tudo o que é assim predicado é predicado “ou em *quod quid est*”, i.e., à maneira de um predicado essencial, ou à maneira de qualidade ou quantidade ou um dos outros predicamentos discutidos nas *Categorias*. E ele acrescenta: “quando um é predicado de um”, porque se um predicado não é um, mas vários, não pode ser dito ser predicado precisamente como *quid* ou *quale*, mas talvez conjuntamente como *quale quid*, como quando digo: “O homem é um animal branco”. Ora, foi necessário acrescentar isso porque, se várias coisas são predicadas de uma de tal modo que funcionam como um predicado, as predicações serão multiplicáveis ao infinito segundo os modos infinitos de combinar predicados uns com os outros. Portanto, quando há questão de um ponto de parada nas coisas que são predicadas, é necessário tomar uma coisa predicada de uma coisa.

Então (83a24) ele indica a diferença entre os referidos predicados. A respeito disso, ele faz três coisas. Primeiro, propõe a diferença. Segundo, a esclarece com exemplos (83a27). Terceiro, exclui uma objeção (83a33).

Ele diz, portanto, primeiro (83a24) que aqueles que significam substância devem significar, em relação àquilo de que são predicados, “o que verdadeiramente é ou algo que verdadeiramente é”. Isso pode ser entendido de duas maneiras: de um modo, mostrando uma distinção por parte do predicado que pode significar ou a essência inteira do sujeito, como uma definição faz (e ele significa isso quando diz: “o que verdadeiramente é”), ou parte da essência, como um gênero ou

uma diferença faz (e ele significa isso quando diz: “ou algo que verdadeiramente é”). De outro modo, e melhor, como mostrando uma distinção por parte do sujeito, que às vezes é conversível com um predicado essencial, como o definido com a definição (e ele significa isso quando diz: “o que verdadeiramente é”), e às vezes é uma parte subjetiva do predicado, como o homem é do animal (e ele significa isso quando diz: “ou algo que verdadeiramente é”, pois o homem é um certo animal). Mas aqueles que não significam substância, mas são ditos de algum sujeito (o qual sujeito não é verdadeiramente, i.e., essencialmente, aquele predicado nem algo dele), todos tais predicados são acidentais.

Então (83a27) ele esclarece a referida diferença com exemplos, dizendo que quando dizemos: “O homem é branco”, o predicado é acidental, porque o homem não é aquilo que branco verdadeiramente é, i.e., ser branco não é a essência do homem “nem algo do que branco verdadeiramente é”, como foi explicado acima. Mas, quando se afirma: “O homem é um animal”, talvez o homem seja aquilo que animal verdadeiramente é. Pois animal significa a essência do homem, porque aquilo que é homem é essencialmente animal. E embora predicados que não significam substância sejam acidentais, eles não são predicados *per accidens*. Pois não são predicados de algum sujeito em virtude de algum outro sujeito; pois quando digo: “O homem é branco”, “branco” não é predicado do homem por razão de algum outro sujeito ser branco, em virtude do qual o homem é chamado branco, como foi explicado acima em relação às coisas predicadas *per accidens*.

Então (83a33) ele exclui uma objeção. Pois alguém poderia dizer que predicados que significam a substância não são verdadeiramente e essencialmente aquilo de que são predicados, nem são algo dele; e que acidentais que existem em indivíduos como em sujeitos não correspondem a nenhum predicado essencial comum, porque tais predicados universais significam certas essências separadas sempre subsistentes por si mesmas, como dizem os platônicos.

Mas ele responde que, se Formas, i.e., Ideias, são assumidas como existentes, elas deveriam ser felizes, porque, segundo os platônicos, elas têm uma existência mais nobre do que as coisas materiais conhecidas por nós. Pois estas últimas são particulares e materiais, mas aquelas são universais e imateriais. Pois elas são “premonstrações”, i.e., certos exemplares, das coisas materiais (tomando “premonstrações” aqui como antes, quando falamos de algo ser mostrado de antemão para provar algo). Portanto, uma vez que são as premonstrações ou exemplares das coisas naturais, é necessário que nessas coisas naturais sejam encontradas certas participações daquelas Formas que pertencem às essências dessas coisas naturais. Portanto, se tais Formas separadas existem, como os platônicos contendem, elas nada têm a ver com a presente questão. Pois estamos preocupados com coisas cuja ciência é produzida em nós através da demonstração. E estas são coisas existentes na matéria e conhecidas por nós, e sobre as quais as demonstrações tratam. Consequentemente, se for concedido que “animal” é algo separado, uma premonstração existente, por assim dizer, dos animais naturais, então quando digo: “O homem é um animal”, no sentido em que usamos esta preposição na demonstração, “animal” significa a essência da coisa natural sobre a qual a demonstração é feita.